

**LUTA POR DIREITOS SOCIAIS E O SURGIMENTO DE NOVAS IDENTIDADES: UMA ANÁLISE DOS MOVIMENTOS SOCIAIS BRASILEIROS NO CONTEXTO CONTEMPORANEO**

**JÉSSICA GONÇALVES DE LIMA**

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CARIRI (UFCA)

**FRANCISCA ROSE FERREIRA DE ALCANTARA LIMA**

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CARIRI (UFCA)

**ÉRIKA LIZANDRA ALENCAR PEREIRA**

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CARIRI (UFCA)

**FRANCISCO RANIERE MOREIRA DA SILVA**

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CARIRI (UFCA)

Agradecimento à órgão de fomento:

Os autores agradecem à Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-graduação e Inovação da Universidade Federal do Cariri (PRPI-UFCA), ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) pela concessão de bolsas de Iniciação Científica (PIBIC).

# LUTA POR DIREITOS E SURGIMENTO DE NOVAS IDENTIDADES: ANÁLISE DOS MOVIMENTOS SOCIAIS BRASILEIROS NA CONTEMPORANEIDADE

## INTRODUÇÃO

Os movimentos sociais são a voz da sociedade civil. Por meio daqueles estes manifestam suas demandas e reivindicam seus direitos. Segundo Gohn (2011, p. 335), movimentos sociais são “ações sociais coletivas de caráter sociopolítico e cultural que viabilizam distintas formas da população se organizar e expressar suas demandas”. Os movimentos constroem ações coletivas que agem como resistência à exclusão, empoderam os atores da sociedade civil e criam identidades “para grupos antes dispersos e desorganizados” (p. 336).

Estas formas de organização coletiva se insurgem a partir da inatividade e insuficiência da atuação do Estado na construção de alternativas e resoluções para questões coletivas, alimentando a desigualdade presente nas sociedades. Para Lima (2014), os movimentos insurgentes se amparam nas conexões construídas através de redes que articulam os mais diversos atores, tendo em comum o desejo de mudança. Essas redes são chamadas de redes de movimentos sociais, ou redes de ação coletiva.

A trajetória histórica de consolidação dos movimentos sociais é marcada por diversas fases, que foram/são influenciadas pelo cenário social, político e econômico que está em curso em determinado tempo e contexto socioespacial. Tais movimentos datam desde antes de os movimentos sociais serem reconhecidos enquanto tal. Pode-se citar como exemplo um conjunto de revoltas, e movimentos de insurgência e insurreição que marcaram a história brasileira nos séculos XVIII e XIX, quando a nomenclatura ainda nem era usada.

Os movimentos sociais, tais como conhecemos hoje, são uma invenção do século XX e surgem como formas revolucionárias de ação coletiva, que lutam contra a opressão e a desigualdade de classes. Inicialmente centrados nos operários, os movimentos ao longo da história foram tomando novas formas e expandindo suas pautas. Na década de 60 os movimentos sociais tiveram um *boom* no ocidente, ainda como consequência da Segunda Guerra Mundial e da Guerra Fria, marcando a década pela ascensão da contracultura e pelo nascimento de diversos movimentos, como o estudantil, negro, feminista, LGBTQIA+, entre outros.

No Brasil, também na década de 60, os movimentos sociais ascendem em oposição à Ditadura Militar. As formas de resistência ganham notoriedade e força na luta contra a

violência, censura e opressão, unindo diversas pautas e classes, e fazendo surgir novos movimentos sociais.

Considerando as inúmeras mudanças ocorridas no mundo durante o passar dos anos é possível perceber que os movimentos sociais também sofreram transformações ao longo do tempo. Verificam-se transformações na nomenclatura e no entendimento do que os define e caracteriza, mudanças nas formas organizacionais e repertórios de ação, e ainda transformações nas suas pautas e agendas.

Este trabalho busca explorar as diversas fases que caracterizam tais movimentos e analisar seu desenvolvimento, bem como a construção de novas identidades a partir das mudanças no cenário social, político e econômico vividas globalmente. Parte-se da seguinte pergunta: Como o cenário social, político e econômico influencia as características determinantes dos movimentos sociais em cada época? Dessa forma, como objetivos específicos, tem-se: i) apresentar um breve histórico dos movimentos sociais no Brasil; ii) caracterizar a criação das novas identidades dos movimentos sociais e iii) identificar como os novos movimentos sociais passam a se articular com as mudanças pós redemocratização.

Tal trabalho se configura como um artigo teórico que faz parte de uma pesquisa em andamento intitulada - Insurgências Urbanas e Gestão da Cidade: Cartografia das redes de ação coletiva da sociedade civil em Juazeiro do Norte-CE, cujo objetivo reside na investigação de como se estruturam as redes de ação coletiva da sociedade civil e os efeitos territoriais desta ação. O presente artigo se desenvolve a partir de debates ocorridos ao longo do ano de 2023 durante os Grupos de Estudos em Gestão de Cidades, promovido pelo Laboratório de Estudos em Gestão de Cidades e Territórios (LaCITE/UFCA), em que foram trabalhados textos sobre movimentos sociais, movimentos insurgentes, a atuação destes na sociedade e as mudanças percebidas nestes ao longo do tempo.

## **FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA**

### **O papel dos movimentos sociais na luta pela efetivação de direitos**

A Revolução Industrial alterou a forma como a cidade se organiza. Durante esse período, houve uma significativa migração da população rural para as cidades, resultando em uma rápida transformação do espaço devido ao intenso processo de urbanização decorrente da industrialização. O aumento populacional devido à diminuição da taxa de mortalidade, a melhora da qualidade de vida por causa das novas tecnologias e do desenvolvimento econômico, o incremento de população urbana devido à troca do campo pela cidade em busca de empregos; a construção de estradas e canais de navegação; e o entendimento do solo como

mercadoria foram alguns dos fatores que influenciaram a reordenamento das cidades (Benevolo, 2015).

Segundo Choay (2015), essas características rompem com os velhos cenários da cidade medieval e da cidade barroca, antes mercantilista, surgindo um novo sistema econômico: o capitalismo. Para Harvey (2014), a urbanização e o capitalismo não são estranhos um ao outro. Uma vez que a urbanização é impulsionada pelos excedentes de produção advindos do capitalismo.

O acúmulo de riqueza e poder, a dominação e exclusão características do capitalismo eram manifestas na imagem dos centros urbanos. De um lado ficavam os ricos, do outro os pobres abrindo espaço para o fenômeno da segregação espacial, uma das principais características das cidades modernas.

Paralelamente à inovação promovida pela Revolução Industrial, agravaram-se as desigualdades sociais e o Estado do bem-estar social chegou a seu declínio frente à insuficiência estatal em atender às crescentes demandas mais básicas da sociedade quanto a questões relacionadas à saúde, moradia, alimentação em quantidade e qualidade suficientes ao pleno desenvolvimento humano, assistência social e outros.

As insurgências urbanas, ou movimentos sociais, são as formas mais puras de inovação social que se pode observar nas cidades. Elas surgem a partir da desigualdade presente nas sociedades ditas democráticas. O movimento ocorre quando grupos se veem insatisfeitos com a realidade em que vivem, se mobilizando e se opondo à ordem vigente, reivindicando seus direitos (Holston, 2013).

Os movimentos sociais em todo o mundo têm sido um importante fator de mudança social ao questionarem o *status quo* e mobilizarem a sociedade para a ação coletiva. No contexto brasileiro isso não é diferente, sendo muitas as mudanças ocorridas no aparelhamento estatal, na estrutura social e no arcabouço político e/ou legislativo, e muitos os direitos sociais garantidos constitucionalmente, fruto de intensas lutas travadas por movimentos sociais.

A luta pela moradia e reforma agrária, iniciadas na década de 1960, ainda no contexto do governo ditatorial, são ilustrativas dessa conjuntura, que culminou com a inclusão no texto constitucional de um capítulo próprio à política urbana e de sua regulamentação por meio da elaboração do Estatuto da Cidade (Lei 10.257/2001), resultado de um intenso processo de luta e mobilização social. (Trindade, 2012).

Frente aos mais diversos problemas públicos não solucionados pelo aparelho estatal, os movimentos sociais surgem e mudam os seus contornos, incitando a mobilização social e a

ação coletiva. Para Castells (2012), os movimentos insurgentes surgem como um contrapoder, questionando os poderes constituídos.

Alain Touraine (1978, citado por Cançado *et al*, 2024), considerado um dos grandes teóricos no estudo de movimentos sociais, afirma que os Novos Movimentos Sociais (NMSs), surgidos a partir da década de 60, teriam como foco diretrizes igualitárias e humanitárias, enquanto que os movimentos sociais denominados de tradicionais, defendem que os meios de produção sejam dos trabalhadores, levando a compreensão de que os movimentos sociais vêm passando por modificações em sua estrutura e objeto ao longo dos anos, o que torna necessária a análise acurada de sua evolução ao longo dos diversos contextos econômicos e sociais a que se sucederam na contemporaneidade.

Nesse mesmo sentido, Gohn (2008, p .04) afirma:

“As transformações que aconteceram no mundo, nas últimas décadas, e que acabaram por influenciar as mudanças de focos nos movimentos sociais em geral, e na América Latina em particular, permitem-nos afirmar que os movimentos sociais não mais se limitam à política, à religião ou às demandas socioeconômicas e trabalhistas. Movimentos por reconhecimento, identitários e culturais, ganharam destaque ao lado de movimentos sociais globais.”

Frente aos mais diversos contextos históricos, culturais e socioeconômicos, surge o que muitos teóricos denominam de novos movimentos sociais - NMS, com atuação no campo da cultura a partir das expressões de suas práticas, considerando a importância que os indivíduos envolvidos dão a questões como solidariedade, lutas sociais e valores compartilhados (Santos, Farias, Andion, 2021, p. 05).

Os novos movimentos sociais surgem, nesse contexto, como mecanismos de luta pelo bem-estar coletivo, garantia de direitos sociais, coletivos e difusos, e como enfrentamento às teorias liberal e neoliberal, para quem o bem estar coletivo seria atingido apenas com a satisfação do indivíduo e a garantia de liberdades individuais, o que historicamente não se revelou possível.

## **RESULTADOS E DISCUSSÕES**

### **Trajetória dos movimentos sociais no Brasil - da década de 1960 aos dias atuais**

A linha do tempo para análise dos movimentos sociais brasileiros é extensa, deve ser muito bem detalhada e trabalhada. Neste artigo, o intuito não é o de esgotar o debate, mas tão somente trazer o recorte que parte do surgimento das novas identidades pós redemocratização brasileira, uma vez que as características que os determinaram estão fortemente ligadas ao que advém dos anos 70 e 80, no que tange à perspectiva social, política e econômica no país.

Para contextualizar, vale lembrar que nos anos 60 o mundo vivia a polarização entre capitalismo e comunismo, o conflito político e ideológico da Guerra Fria. Enquanto isso, o Brasil mergulhava em uma crise política que mais tarde resultaria em uma ditadura militar (1964 - 1985), superada posteriormente com a redemocratização. Para Gohn, estes são os antecedentes da era movimentista, quando no fim da década de 1970 e parte dos anos 1980, ficaram famosos os movimentos sociais populares articulados por grupos de oposição aos regimes militares, sendo “inegável que os movimentos sociais dos anos 1970/1980, no Brasil, contribuíram decisivamente, via demandas e pressões organizadas, para a conquista de vários direitos sociais, que foram inscritos em leis na nova Constituição Federal de 1988” (GOHN, 2011, p.10).

A pauta dos movimentos sociais se difundiu em 1980 e se acentua ao mudar a cena política após a Constituição Federal entrar em vigor no país. Há uma nova agenda de demandas e torna-se visível nas redes de movimentos sociais. Em parte, alguns deles desmobilizam-se, o que fez parte da transição do regime militar para a redemocratização já estabelecida. A partir disso, foram-se construindo redes temáticas, surgindo novos atores, como as ONGs e outras entidades do terceiro setor. As questões da cidadania e da participação, as políticas neoliberais ganham maior ênfase, os sindicatos se enfraquecem e a educação escolar ganha uma nova Lei de Diretrizes e Bases (LDB), mas torna-se também um dos alvos prediletos das reformas estatais, o novo formato de organização para a construção das políticas públicas (GOHN, 2011).

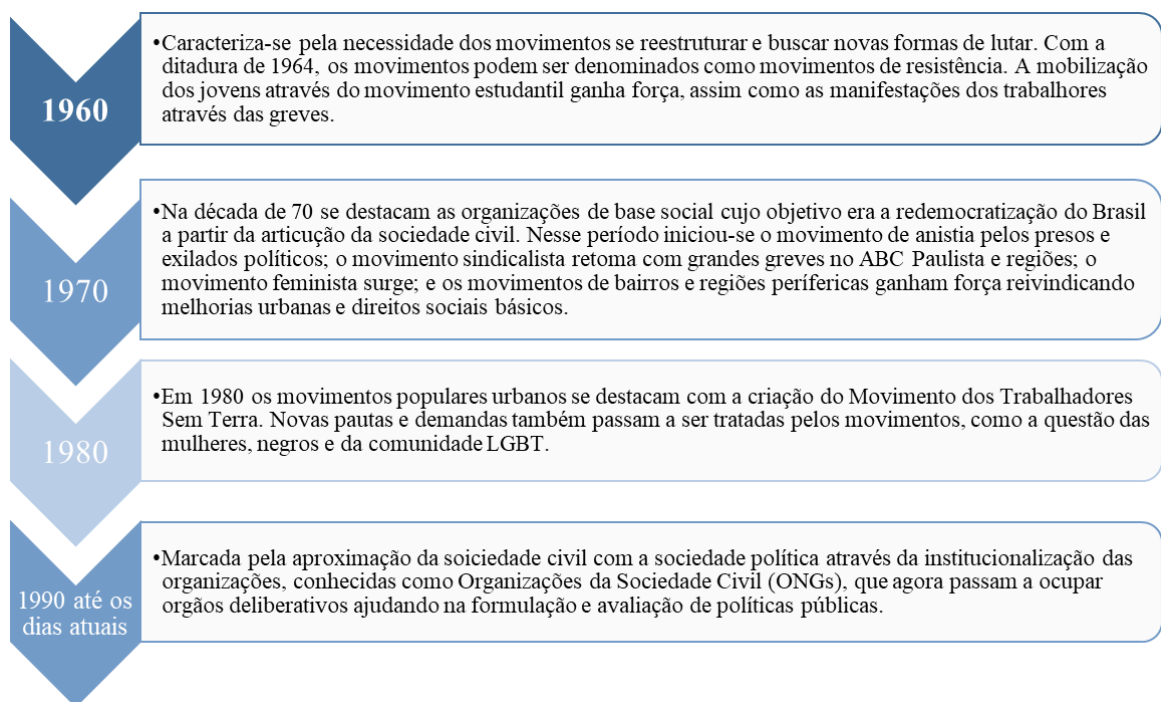
Conforme Scherer-Warren (2009), a trajetória dos movimentos sociais no Brasil pode ser dividida em quatro momentos, a serem desconsideradas, para tanto, as mobilizações que ocorreram no período colonial. O primeiro deles, segundo a autora, refere-se ao movimento cívico, ocorrido nas décadas de 1960 e 1970, cujo foco central foi a resistência à ditadura e ao autoritarismo estatal, com apoio das classes populares, de artistas, intelectuais, do movimento estudantil, findando, já por volta de 1975, com o apoio de organizações rurais, como a do movimento sem-terra e dos “novos movimentos sociais”. O segundo momento, ocorrido nas décadas de 1980 e 1990, refere-se ao que Scherer-Warren denominou de movimento cidadão. Verifica-se aqui, uma busca crescente pela normatização de direitos, baseados na legalidade democrática que assim permitia a Carta Magna de 1988. Após o regime ditatorial aumentou o número de ONGs, organizações do terceiro setor e associações que reivindicavam direitos sociais.

O terceiro período, denominado pela autora (2008) de movimento institucionalizado (década de 1990), tendo com um dos principais movimentos a Eco/92, é marcado pelo

crecente estímulo à institucionalização das organizações, sendo a partir desta década que os movimentos passam a se articular mais ativamente em redes, por meio de fóruns locais, globais e de conferências internacionais e a apresentar demandas identitárias relacionadas à etnia, cidadania, ao meio ambiente, feminismo, entre outros.

O último destes, ocorrido dos anos 2000 aos dias atuais, corresponde ao movimento cidadão crítico, em que a atuação dos movimentos está voltada para uma maior autonomia em relação ao Estado, assim como para a emancipação e a capacitação da sociedade civil para a participação. Uma síntese dessa trajetória histórica é apresentada na Figura 1.

**Figura 1 - Transformações e características dos movimentos sociais brasileiros**



**Fonte:** Elaboração própria com base nos textos de Bem (2006) e Carvalho (2022).

Verifica-se ao longo dos anos, que os movimentos sociais têm se desvinculado da perspectiva totalmente separatista do Estado, para buscar a normatização de direitos, a institucionalização de organizações não estatais, preconizando a atuação em rede, inclusive através da internet, o empoderamento social, a participação cidadã e democrática e o fortalecimento dos movimentos identitários.

### **Os movimentos sociais e o surgimento de novas identidades**

Segundo Scherer-Warren, o início deste milênio acompanha a valorização da participação institucionalizada dos movimentos sociais, o que surge como expansão

democrática advinda do final do século XX e se concretiza nos anos seguintes com audiências públicas, assembleias e conferências políticas, os conselhos setoriais de políticas públicas, dentre outras agendas que modificam o cenário e garantem a visibilidade para movimentos sociais (SCHERER-WARREN, 2008).

De fato, há um novo cenário no associativismo civil, constituindo também uma diversidade de interpretações que levam as novas teorias sobre o espaço do cidadão dentro da política, ainda que não seja pretensão exercer um cargo, mas ter uma posição de decisão. Esse novo momento corrobora para a inclusão de grupos e associações que intervêm e ressignificam a ação pública via políticas públicas (GOHN, 2008).

Nesse período, surgem vínculos sociais e políticos interindividuais e interorganizacionais, as redes de movimentos desenvolvem seus processos mobilizatórios em espaços locais ou regionais, contudo há uma coesão, uma forma articulada que busca ainda mais ter impacto midiático, visibilidade numa esfera pública ampliada, desenvolver estratégias políticas e propostas programáticas em torno de suas necessidades e de sua noção de direitos, conectando os espaços locais com espaços nacionais, regionais e internacionais. (SCHERER-WARREN, 2008)

Conforme Santos, Farias e Andion (2021), compreender a dinâmica dos novos movimentos sociais é essencial para se entender como ocorre o processo de construção das identidades coletivas, assim como dos fatores que motivam os diversos atores sociais. Nesse contexto, para a realidade brasileira, pode-se considerar que as experiências democráticas são fruto de reivindicações oriundas de movimentos sociais, visto que são vias mobilizadoras para a gestão pública, a fim de assegurar constitucionalmente seus direitos.

Logo, as novas políticas públicas passam a pautar questões que resultam da transformação de sujeitos em atores políticos que se articulam dentro da esfera pública para transformar seus interesses em possibilidades, formando redes amparadas nas novas dimensões tecnológicas de troca, construídas em um formato mais receptivo à diversidade de ideias, de maneira aberta, dispondo-se a favor da difusão contínua de saberes.

### **Redes de ação, movimentos insurgentes e o uso da tecnologia no novo milênio**

Em tal contexto, surge um novo perfil, os anos 90 realmente alteraram a cena política. Com o fim da ditadura militar, o país começou a reconstruir sua institucionalidade. São os novos atores que entram em cena, como as ONGs, outras entidades do terceiro setor, conselhos municipais instituídos e garantidos por lei, etc.



São redes de ação diferentes das antigas organizações dos anos 1980, que tinham fortes características reivindicativas, participativas e militantes. O novo perfil desenha um tipo de entidade mais voltada para a prestação de serviços, atuando de acordo com projetos, dentro de planejamentos estratégicos, buscando parcerias com o Estado e empresas da sociedade civil. (GOHN, 2011)

“Para compreender a dinâmica dos NMS torna-se relevante entender a identidade a partir do processo de geração de seu conteúdo como fator que motiva os distintos atores sociais. A real compreensão da identidade coletiva presente no paradigma desses movimentos sociais serve como meio para entender o que existe de “novo” e se contrapõe ao “antigo”. (Santos, Farias, Andion, 2021, p. 5)

Os Novos Movimentos Sociais (NMS) criam e articulam ações que representam fortemente determinada classe, mas que também possam expandir seu movimento para além daqueles que estão sendo atendidos. Diante disso, trabalha-se para levar a pauta adiante e colocá-la como emergente dentro da esfera pública, alteram-se as perspectivas e surgem as políticas públicas, fazendo com que as propostas vindas de movimentos insurgentes conquistem o seu espaço.

“O planejamento insurgente avança essa tradição ao abrir a teorização do planejamento a outras formas de ação, para incluir não apenas formas selecionadas de ação dos cidadãos e de suas organizações sancionadas pelos grupos dominantes, as quais designo de espaços de ação convidados; mas também as insurreições e insurgências que o Estado e as corporações sistematicamente buscam colocar no ostracismo e criminalizar – que designo de espaços de ação inventados.” (MIRAFTAB, 2016, p.6)

Para a autora as novas ações ativistas se manifestam como práticas críticas que se colocam em diversas escalas, desde o microambiente urbano até a dimensão do ciberespaço. Em linhas gerais, sua análise conjuntural desses movimentos mostra como seus membros manifestam o desejo de transformação relacionado não apenas a gênero, etnias e classes, mas em uma maior complexidade estão também relacionados a temas urbanos, tais como mobilidade, uso e ocupação do espaço público, patrimônio material e imaterial, enfim, pela própria redefinição da esfera pública. (MIRAFTAB,2016)

Na medida em que se encontram avanços, também aumenta a disputa dentro das esferas públicas. Tendo em vista, que as “práticas insurgentes que perfazem uma ruptura ontológica não por almejarem uma fatia maior da torta, mas por desejarem um outro tipo de torta” (MIRAFTAB, 2016, p.6)

Em outras palavras, pode-se considerar que as relações de poder estão embutidas nas instituições da sociedade, particularmente nas do estado. Dessa forma, onde há poder também há contrapoder. Os conflitos que surgem diante das diferentes vontades e ânimos que se inflamam para que cada um possa buscar a satisfação daquilo que compreende como direito (CASTELLS, 2012).

Sob o olhar do autor em sua obra, “redes de indignação e esperança”, fica em destaque desde o prefácio que, no atual milênio, adentramos em uma “aflição econômica, cinismo político, vazio cultural e desesperança cultural”, onde há uma rebelião multifacetada com aspectos que formam uma rede compartilhada de problemas, causas e proposições de mudanças. “Assim encontrava-se o povo, desiludido, e isso os fez “derrubar ditaduras” mesmo desarmados” (CASTELLS, 2012).

Formam-se redes de apoio, compartilhando dores e esperanças no livre espaço público da internet (o ciberespaço) que congrega as múltiplas classes sociais, criando um novo repertório de ação entre mídia, política e mercado. Com isso, nesse novo, “faz-se necessário encontrar novas formas de sermos nós, o povo” (CASTELLS, 2012).

Apesar das limitações, os movimentos insurgentes atuais, fazem desabrochar as novas alianças e constituem redes sociais e culturais, passando a encadear processos mais afáveis, por terem um território com questões pautadas na cultura do povo, na identidade coletiva que tem novas motivações, o que está para além da contínua disputa de poder e crescimento econômico.

A legislação passou a incluir os conselhos como parte do processo de gestão descentralizada e participativa e instituí-los como novos atores deliberativos e paritários. Vários pareceres oficiais têm assinalado e reafirmado o caráter apenas consultivo dos conselhos, restringindo suas ações ao campo da opinião, da consulta e do aconselhamento, sem poder de decisão ou deliberação. Nesse encadeamento, os conselhos gestores são atuantes em algumas principais áreas no âmbito municipal, como a educação, assistência social, saúde, habitação, criança e adolescentes, contando com um espaço de caráter deliberativo dentro dessa esfera (GOHN, 2011).

Os movimentos insurgentes assumem o anseio de expandir seus espaços dentro das agendas políticas, exercendo por meio dos conselhos setoriais de políticas públicas, audiências e assembleias, dentre outros meios, um controle social pela cidadania. Compreende-se que há um repertório de ação em constante alternância, esforçando-se para a construção de identidades que são tecidas no decorrer do processo de evolução. Muitas políticas públicas foram formadas em gabinetes burocratizados, alguns espaços são

considerados “inventados” e os movimentos insurgem desde antes dessa atual conjuntura em que a esfera pública ampliada se encontra.

Diante do exposto, o pluralismo democrático é base para as transformações, as lutas populares são os grandes pilares que constroem e sustentam os consensos necessários que partem da lógica de ação das identidades coletivas. Há uma questão de solidariedade entre os sujeitos coletivos. As organizações da sociedade civil, passaram a ter neste milênio um maior controle social pela cidadania, valorizando as formas de participação institucional, mas sempre com o foco na garantia dos direitos humanos que sempre foram e permanecem sendo buscados e conquistados pela sociedade.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Os movimentos sociais são essenciais para garantia de direitos fundamentais, inclusive foi através das suas lutas e entraves com o governo vigente que a maioria desses direitos foram assegurados ao povo, seja no Brasil, seja no mundo. Independente da época e do cenário socioeconômico e político, os grupos organizados sempre tiveram o bem estar coletivo como objetivo, a diferença se dá na forma como os movimentos sociais ao longo dos anos se organizam.

O que começou com movimentos de abolição da escravidão, daquelas pessoas lutando pela liberdade dos seus corpos, passou para os operários lutando por melhores condições de trabalho sob ideais marxistas, que se estendeu à luta pelo sufrágio universal, a luta feminista, a luta do movimento negro, entre tantas outras. Todas com seus próprios ideais e objetivos e movidos pelos problemas encarados a cada época, alguns ainda persistentes, destacando a necessidade de constância e equilíbrio dos movimentos sociais.

As reivindicações atuais acabaram tornando-se mais políticas e menos agressivas, se bate em panelas antes de baterem nas pessoas. Isso se dá em parte pela grande onda de institucionalização das organizações e movimentos a partir de 1990, em que as esferas públicas passaram a ser ocupadas também por esses grupos, atuando diretamente na criação e avaliação de políticas públicas.

A capacidade de mobilização é uma das características desses novos movimentos sociais. Com o advento da internet ficou mais fácil difundir pautas, ideias, chamar as pessoas para a luta e formar redes de ação coletiva. Tais redes constituem movimentos mais fortes, expandindo suas agendas, formando alianças, se multiplicando nas arenas públicas de decisão.

Todavia, ao tempo que as tecnologias facilitam a comunicação e a mobilização, a multiplicidade de novas identidades, agendas e formas de ação parece gerar um cenário

marcado disperso e nebuloso, marcado pela pulverização de pautas difusas, que nem sempre encontram a convergência necessária para que ganhem força. Esse paradoxo que marca o momento contemporâneo dos movimentos sociais merece uma análise mais atenta e aprofundada, que foge aos propósitos mais imediatos deste texto, ainda que tangencie as reflexões aqui travadas.

## REFERÊNCIAS

BEM, Arim Soares Do. A centralidade dos movimentos sociais na articulação entre o Estado e a sociedade. **Educ. Soc.**, Campinas, vol. 27, n. 97, p. 1137-1157, set./dez. 2006. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/es/a/FzqQKn9DfYLhybbNnfsdWXf/abstract/?lang=pt>>. Acesso em: 12 set 2024.

BENEVOLO, Leonardo. **História da Cidade**. São Paulo: Perspectiva, 2015

CASTELLS, Manuel. Prefácio: **Articular mentes, criar significado, contestar o poder**. In: *Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet*, 2012

CARVALHO, Roger Ricardo Braga de; SIMONI, Carlos Alberto. Movimentos sociais no Brasil: da década de 1970 aos dias atuais — a influência dos movimentos sociais e sua relação com a democracia e as organizações partidárias nos últimos cinquenta anos. In: **Caderno da Escola Superior de Gestão Pública, Política, Jurídica e Segurança**, v. 5 n. 1, 2022. Disponível em: <<https://www.cadernosuninter.com/index.php/ESGPPJS/article/view/1671>>. Acesso em: 12 set 2024.

CHOAY, Françoise. **O urbanismo: utopias e realidades. Uma antologia**. 3ed. São Paulo: Perspectiva, 1992.

DE LIMA, C. H. A cidade insurgente: estratégias dos coletivos urbanos e vida pública. *Arquitetura Revista*, [S. l.], v. 10, n. 1, p. 31–36, 2014. DOI: 10.4013/arq.2014.101.04.

GOHN, Maria da Glória. **O protagonismo da sociedade civil: movimentos sociais, ONGs e redes solidárias**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

GOHN, M. DA G.. Movimentos sociais na contemporaneidade. **Revista Brasileira de Educação**, v. 16, n. 47, p. 333–361, maio 2011.

HARVEY, David. **Cidades rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana**. São Paulo: Martins Fontes, 2014

HOLSTON, James. **Cidadania insurgente: Disjunções da democracia e da modernidade no Brasil**. Companhia das Letras, 2013.

IWAMOTO, Helga Midori; CANÇADO, Airton Cardoso; TEODÓSIO, Armindo dos Santos de Sousa; MARINHO, Flávio Ayres. Movimentos sociais: ativismo gera emancipação? **Cad. EBAPE.BR**, v. 22, nº 2, Rio de Janeiro, e2023-0083, 2024

MIRAFTAB, F. Insurgência, planejamento e a perspectiva de um urbanismo humano | Insurgency, planning and the prospect of a humane urbanism. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, [S. l.], v. 18, n. 3, p. 363, 2016. DOI: 10.22296/2317-1529.2016v18n3p363.

SANTOS, Diego Fiel; FARIAS, Regina May de; ANDION, Carolina. OS NOVOS MOVIMENTOS SOCIAIS: O CASO DO MOVIMENTO ODS SANTA CATARINA. **Revista Grifos - Unochapecó**. DOI: <http://dx.doi.org/10.22295/grifos.v30i52.5208> | Edição Vol. 30, Núm. 52, 2021.

SHERER-WARREN, Ilse. Movimentos sociais no Brasil contemporâneo. **História: Debates e Tendências** - v.7, n. 1, jan./jun. 2007, p. 9-21, publ. no 2º sem. 2008

TRINDADE, Thiago Aparecido. Direitos e Cidadania: reflexões sobre o Direito à Cidade. **Lua Nova**, São Paulo, 87:139-165, 2012.